



25 DE AGOSTO DE 2016

Quinta-feira

- DECRETO Nº 8.660/2016 - CONVENÇÃO SOBRE A ELIMINAÇÃO DE EXIGÊNCIA DE LEGALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS PÚBLICOS ESTRANGEIROS
- EMPRESÁRIOS PEDEM PARA TEMER SEGURAR DÓLAR A R\$ 3,20
- EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, SOCIEDADE CIVIL SE POSICIONA CONTRÁRIA A NOVO PACOTE FISCAL DO GOVERNO
- FALHA EM SISTEMA DA RECEITA TRAVA ABERTURAS E FECHAMENTOS DE EMPRESAS
- MERCEDES OFERECE R\$ 100 MIL A TRABALHADOR QUE ADERIR A PDV
- PDV DA PETROBRAS JÁ SUPERA CINCO MIL ADESÕES
- ARTIGO: IMPOSTOS E O PARADOXO DA LIBERDADE
- AUMENTO DE IMPOSTOS PODE SER NECESSÁRIO 'DE FORMA TRANSITÓRIA', DIZ MEIRELLES
- CAÇA AO "DINHEIRO PERDIDO" PODE RENDER DEZENAS DE BILHÕES À PREVIDÊNCIA
- ENGRENAGEM EMPREENDEDORA: ENGENHEIROS TÊM ESPAÇO PARA CRIAR SOLUÇÕES NO BRASIL
- FIAT REVELA NOVA CARA DO UNO E MOTOR 1.0 DE TRÊS CILINDROS
- VOLKSWAGEN PAGARÁ MULTA DE US\$ 15 MILHÕES AO GRUPO PREVENT
- ECONOMIA MOSTRA SINAIS DE RECUPERAÇÃO LENTA
- FIAT LANÇA LINHA DOBLÒ 2017 COM MAIS ITENS DE SÉRIE
- FORD ZERA ENVIO DE RESÍDUOS A ATERRO DE SÃO BERNARDO
- METSO LANÇA NOVA LINHA DE PRENSAS PARA O MERCADO DE RECICLAGEM
- ENERSYSTEM INVESTE US\$ 15 MILHÕES PARA AMPLIAR PRODUÇÃO EM GUARULHOS
- AUTONEUM INAUGURA EM SÃO PAULO SUA QUARTA FÁBRICA NO PAÍS
- DECRETO DE TEMER AUMENTA CAPITAL SOCIAL DA EPL EM R\$ 33,5 MILHÕES
- QUESTÃO FISCAL É ESSÊNCIA DA INCERTEZA NO BRASIL, DIZ MINISTRO DA FAZENDA
- INADIMPLÊNCIA COM CHEQUES CAI EM JULHO PARA 2,26% E TEM O MENOR NÍVEL DO ANO

- GOVERNO REVISAR REGRAS E LANÇAR PLANO PARA REDUZIR BUROCRACIA
- CONFIANÇA DO COMÉRCIO SOBE 7,2 PONTOS EM AGOSTO ANTES DE JULHO, APONTA FGV
- SALDO DE FINANCIAMENTOS DE VEÍCULOS DEVE CAIR 15% NESTE ANO, DIZ ENTIDADE
- SENADO RENOVAR MECANISMO QUE LIBERA GOVERNO DE GASTO OBRIGATÓRIO ATÉ 2023
- ARTIGO: BRASIL NÃO DÁ SINAIS CLAROS DE RETOMADA DA ECONOMIA
- COMÉRCIO BRASILEIRO EMPREGOU 10,7 MILHÕES EM 2014, MOSTRA IBGE
- BOLSA FECHA EM QUEDA COM SIDERURGIA E MINERAÇÃO LIDERANDO BAIXAS
- GOVERNO PRETENDE LANÇAR NOVO REFIS
- ACORDO DE TRANSPORTE MARÍTIMO COM CHILE GERA DISPUTA ENTRE EMPRESÁRIOS NO BRASIL

CÂMBIO EM 25/08/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,230	3,230
Euro	3,640	3,642

Fonte: BACEN

Decreto nº 8.660/2016 - Convenção sobre a Eliminação de Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros

25/08/2016 – Fonte: Gaia, Silva, Gaede & Associados – Advogados

Entrou em vigor no último dia 14 de agosto, o Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, que promulga a Convenção sobre a Eliminação de Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros (“Convenção de Haia da Apostila”), celebrada pelo Brasil e mais de 100 outros países. Trata-se de um passo importante para a desburocratização na aceitação de documentos públicos.

Nos termos da Convenção de Haia da Apostila, documentos públicos como certidões de nascimento, de casamento, e de óbito, diplomas escolares bem como procurações e certidões de registro empresariais deixam de depender de legalização consular para ter validade no Brasil e vice-versa.

O processo simplificado de legalização exige que os documentos sejam apostilados, ou seja, que contem com selo ou carimbo emitido por agente autorizado. A Convenção de Haia da Apostila aplica-se aos atos públicos lavrados e apresentados em um dos

países signatários, inclusive atos notariais e declarações oficiais tais como menções de registro, vistos e reconhecimento de assinatura, inseridos em atos de natureza privada.

Contudo, faz-se importante frisar que a Convenção de Haia da Apostila não se aplica a documentos elaborados pelos agentes diplomáticos ou consulares e documentos administrativos relacionados diretamente com uma operação comercial ou aduaneira.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil estima que, com a entrada em vigor da Convenção de Haia da Apostila, cerca de 82 mil legalizações consulares deixem de ser feitas por mês junto a embaixadas e consulados brasileiros, trazendo redução expressiva das formalidades para a vida civil e empresarial.

Entre os principais países signatários da Convenção de Haia da Apostila estão EUA, Alemanha, Japão, entre diversos outros.

Empresários pedem para Temer segurar dólar a R\$ 3,20

25/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Empresários da região Sul pediram nesta quarta-feira (24) ao presidente interino, Michel Temer, que o governo não deixe a cotação do dólar cair abaixo de R\$ 3,20, para evitar prejuízos para as empresas exportadoras.

Em resposta, o peemedebista disse que sua equipe não irá permitir um "derretimento" do dólar que venha a desestimular as exportações brasileiras, mas não se comprometeu com um patamar determinado para o valor da moeda norte-americana.

Não é a primeira vez que Temer é pressionado por empresários a evitar uma queda forte do valor do dólar. Ele sempre diz que não irá permitir uma desvalorização excessiva da moeda americana, enquanto sua equipe econômica faz questão de lembrar que o câmbio é flutuante, com possibilidade de intervenções no mercado por parte do Banco Central.

Segundo assessores presidenciais, o ideal seria um dólar que ficasse na faixa de R\$ 3,10 a R\$ 3,20. Eles acreditam, porém, que após o julgamento final da presidente Dilma Rousseff, que deve confirmar seu afastamento, a cotação do dólar pode cair para algo entre R\$ 2,85 e R\$ 2,90 num primeiro momento. Depois, voltaria a subir, ficando acima de R\$ 3.

Os empresários foram levados ao encontro de Temer pelo deputado Mauro Pereira (PMDB-RS). Entre os presentes, estavam dirigentes da Marcopolo e da Agrale.

"O ideal, para as exportações brasileiras, seria um dólar na casa de R\$ 3,80, mas hoje isso não é possível", afirmou o deputado. "Então, os empresários pediram ao presidente que o governo não deixe a moeda americana cair abaixo de R\$ 3,20."

O dólar começou esta quarta-feira (24) em alta, mas depois mudou de direção no período da tarde e fechou em queda de 0,33%, cotado a R\$ 3,223 na venda. Na véspera, a moeda norte-americana havia subido 1%.

Com isso, o dólar acumula desvalorização de 0,62% no mês e de 18,37% no ano. Em fevereiro, o dólar chegou a ser cotado na casa de R\$ 4.

Caiu para a faixa de R\$ 3,50 quando a Câmara aprovou, em maio, a abertura do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Depois da posse do peemedebista como interino e do anúncio da agenda fiscal do governo, o dólar passou a cair diante da melhora do humor do mercado em relação ao país e também por causa de expectativas mais positivas vindas de fora.

Com a conclusão do processo de impeachment, Temer pretende fazer viagens internacionais na tentativa de vender a imagem de que a instabilidade política foi superada.

Em audiência pública, sociedade civil se posiciona contrária a novo pacote fiscal do governo

25/08/2016 – Fonte: Agência FIEP

Na manhã desta segunda (22), entidades empresariais entregaram documento aos deputados em que mostram impacto das medidas sobre as empresas; já OAB apontou inconstitucionalidade em diversas das medidas propostas



Entidades do setor produtivo e de classe paranaenses se posicionaram, nesta segunda-feira (22), fortemente contrárias a diversas das medidas que compõem o novo pacote fiscal do governo do Estado, apresentado na última semana por meio do Projeto de Lei 419/2016.

Durante audiência pública realizada na Assembleia Legislativa, representantes de empresários, trabalhadores e advogados levantaram questionamentos em relação à constitucionalidade de várias das propostas e criticaram o fato de o Executivo pedir a tramitação do projeto em regime de urgência.

Além disso, apontaram que algumas das medidas aumentarão os custos das empresas, dificultando ainda mais a retomada dos negócios e da geração de empregos neste momento de crise econômica atravessado pelo país.

O presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, afirmou que, novamente, o governo do Estado tenta impor sua vontade sem discutir com a sociedade os impactos que o pacote irá causar.

“É inadmissível que um projeto tão complexo como este chegue à Assembleia em regime de urgência. Temas como este deveriam ser amplamente discutidos antes mesmo de serem apresentados ao Legislativo. Nós, enquanto setor produtivo diretamente impactado por essas medidas, deveríamos ter sido consultados”, declarou.

O governo pretende que a votação do projeto seja concluída até 30 de setembro, prazo final para envio da Lei Orçamentária Anual de 2017 à Assembleia. Desse modo, ficaria respeitada a noventena e as medidas poderiam entrar em vigor já em 2017.

Campagnolo explicou que um dos pontos do pacote que mais afeta o setor produtivo é a criação de duas novas taxas que incidirão sobre empresas que são usuárias de recursos hídricos e minerais no Paraná.

Para ele, devido às dificuldades enfrentadas atualmente por boa parte das empresas, esses novos custos obrigatoriamente deverão ser repassados ao consumidor final,

penalizando toda a população. “É impossível que as empresas tenham condições de absorver algo que será cobrado delas. Infelizmente, não existe mágica. Não podemos admitir que essas medidas não sejam debatidas melhor com a sociedade e é por isso que o setor produtivo está aqui para fazer um contraponto”, disse.

Ainda de acordo com o presidente da Fiep, existem vários pareceres jurídicos que indicam que cobranças de taxas como essas seriam inconstitucionais. Um deles foi apresentado na audiência pública desta segunda-feira pela Comissão de Direito Tributário da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A tributarista Betina Treiger Grupenmacher explicou que as taxas sobre a exploração de recursos hídricos e sobre mineração são, na verdade, impostos, dado que não há prestação de serviço ou fiscalização que caracterize a chamada taxa de polícia. “Ocorre que dentro do Estado Democrático de Direito só é possível cobrar impostos previstos na Constituição.

Por isso, historicamente, se criam tantas taxas que deveriam ser impostos, que é um atropelo da Constituição”, esclareceu. Para ela, é evidente que a sociedade deve fazer frente às despesas públicas, mas não necessariamente com a criação de tributos. “E, se for o caso de criar tributos, seu surgimento deve obedecer aos preceitos constitucionais”, assinalou.

Nesta terça-feira (23), o PL 419/2016 será apreciado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia. O deputado estadual Felipe Francischini (SD), que propôs a realização da audiência pública e é membro da CCJ, disse que pretende sugerir o desmembramento do projeto para aprofundar as discussões em torno de cada uma das propostas do Executivo.

“Alguns estudos indicam que esse projeto poderia ser dividido em 16 propostas, o que mostra a sua grande complexidade”, afirmou. Em sua opinião, ouvir e receber subsídios da sociedade civil organizada é fundamental para que os parlamentares possam avaliar as propostas de maneira mais criteriosa.

“Nosso objetivo com esta audiência era justamente abrir o diálogo. Vamos fazer com que os estudos aqui apresentados cheguem a todos os deputados”, declarou. Além de Francischini, também participaram da audiência os deputados Chico Brasileiro (PSD) e Nelson Luersen (PDT).



Entidades do setor produtivo entregaram ofício aos deputados para marcar sua posição

Documento

Ao final da audiência pública, as sete principais entidades representativas do setor produtivo paranaense entregaram aos parlamentares um documento conjunto em que oficializam seu posicionamento. Assinam o documento a Fiep e as Federações da Agricultura (Faep), do Comércio (Fecomércio), das Cooperativas (Fecoopar), das Associações Comerciais (Faciap) e das Empresas de Transportes (Fetranspar), além da Associação Comercial do Paraná (ACP).

Para o presidente da Fecoopar, José Roberto Ricken, o momento é inoportuno para a adoção de medidas como as propostas pelo governo. Ele defendeu ainda uma maior discussão sobre o projeto.

“A grande mobilização nesta audiência, com tanta gente interessada em discutir o tema, é uma prova de que o assunto é importante para a sociedade. É preciso que o projeto seja discutido em profundidade e estamos abertos ao debate”, disse.

O presidente da Faciap, Guido Bresolin Junior, também considera o momento inadequado para a proposição de medidas que vão onerar ainda mais o setor produtivo.

“Estamos no meio de uma crise, com diversas cadeias produtivas em dificuldades e demitindo. O que precisamos é de diálogo. O país atravessa um novo momento e precisamos criar situações novas, que garantam um ambiente seguro para que possamos gerar riqueza para nossa sociedade”, afirmou.

A audiência pública teve também presença marcante de representantes dos trabalhadores. O presidente da União Geral dos Trabalhadores no Paraná (UGT-PR), Paulo Rossi, criticou o fato de o governo insistir em um novo pacote fiscal para tentar ajustar suas contas e afirmou que a sobrevivência das empresas neste momento de crise é fundamental. “As empresas precisam existir, senão não temos empregos para nossos trabalhadores”, declarou.

Falha em sistema da Receita trava aberturas e fechamentos de empresas

25/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

Problemas causados após uma atualização de sistema da Receita Federal vêm dificultando a abertura e o fechamento de empresas por todo o Brasil desde a semana passada. A falha vem ocorrendo no site Coleta Web Cnpj, porta de entrada para a emissão de documentos que devem ser encaminhados para juntas comerciais para a realização de operações do tipo.

Segundo associações e contadores ouvidos pela reportagem, a página não vem abrindo corretamente desde 15 de agosto. Márcio Massao Shimomoto, presidente do Sescon-SP (Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis), diz que a entidade recebeu mais de 300 reclamações desde a semana passada.

“O mercado contábil todo que faz esses serviços para seus clientes está em um sufoco danado. Os profissionais estão sendo acusados de incompetência por não conseguir realizar o serviço para seus clientes”, diz.

Luciane Vito, sócia do escritório de contabilidade Omnia Consult, diz que sua empresa está com dez processos que dependem do sistema atrasados devido aos problemas. Além disso, a companhia também deixou de atender novos clientes para não frustrar expectativas. Ela conta ter retomado o trabalho nesta quarta-feira (24), quando conseguiu acessar parte do sistema.

Porém não é possível usar assinaturas digitais no processo. Com isso, o trabalho está lento, pois o trâmite dos documentos está dependendo de reconhecimento de firma em cartório.

A atualização do sistema faz parte da implantação da RedeSim, que permitirá a abertura e o fechamento rápido de empresas, a partir da integração de diversos órgãos envolvidos no processo, como Receita Federal, juntas comerciais e municípios, explica Valdir Pietrobon, diretor político-parlamentar da Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis).

Ele estima que, só no Estado do Paraná, cerca de 2.000 empresas tenham sido afetadas pelos problemas. Pietrobon diz que parte do sistema voltou a funcionar, porém com lentidão e instabilidade.

Jânio Benith, presidente da Junta Comercial de São Paulo, diz que as falhas técnicas provocaram um represamento de processos que deve ter impacto até sexta-feira.

Segundo ele, é provável que processos que demorariam 48 horas sejam feitos em 60 horas até lá. Segundo Benith, são feitas no Estado de São Paulo iniciados diariamente no estado cerca de 3.000 processos de abertura, fechamento ou transferências de empresas.

OUTRO LADO Em nota, a Receita Federal confirmou a existência dos problemas técnicos. Ela afirma que, segundo o Serpro (empresa responsável pelo sistema), eles decorrem de grande volume de dados transitando pelo programa.

A Receita diz que os serviços de integração com as Juntas Comerciais e a disponibilidade do sistema já se estabilizaram. Porém, ainda há registro de lentidão na mudança de telas e no processamento das solicitações de atos cadastrais.

O órgão também afirma estar fazendo todos os esforços para resolver o problema, com a urgência que o caso requer. A Receita Federal também diz lamentar os transtornos causados aos usuários e aos parceiros institucionais integrados ao Sistema (juntas comerciais, administrações tributárias e demais órgãos estaduais e municipais) e se compromete a comunicar imediatamente qualquer alteração no cenário atual.

Mercedes oferece R\$ 100 mil a trabalhador que aderir a PDV

25/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Montadora vai pagar o valor fixo independentemente do tempo de casa e da idade do colaborador



A Mercedes-Benz suspendeu nesta quarta-feira (24) o processo de demissão que vinha promovendo na fábrica de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, que poderia atingir até 2 mil trabalhadores.

Em proposta acertada com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em reunião na noite desta terça-feira (23) e aprovada nesta manhã em assembleia dos trabalhadores, ficou acertado que a montadora abrirá um Programa de Demissão Voluntária (PDV), com meta de obter 1,4 mil adesões.

A empresa informa que, para atrair adesões, vai pagar valor fixo de R\$ 100 mil, independentemente do tempo de casa e da idade do colaborador aos inscritos no PDV. Atingida a meta, segundo o sindicato, a fábrica compromete-se a gerenciar o restante do excedente utilizando mecanismos como lay-off. A empresa também se comprometeu a dar estabilidade aos funcionários até dezembro de 2017.

A fábrica do ABC emprega cerca de 9 mil trabalhadores e estava com a produção suspensa desde o dia 15, quando a Mercedes deu licença remunerada à maioria dos funcionários e iniciou demissões por telegramas.

Desde então, os trabalhadores vinham realizando manifestações e o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, disse que avaliaria a possibilidade de ampliar a participação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

PDV da Petrobras já supera cinco mil adesões

25/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Programa de Demissão Voluntária (PDV) divulgado pela Petrobras, no primeiro semestre deste ano, já tem adesão de mais de cinco mil funcionários, segundo uma fonte ligada à diretoria da estatal.

Lançado em abril, com prazo final de adesão até o dia 31 deste mês, a Petrobras espera que os cortes pelo PDV atinjam, pelo menos, sete mil empregados. Inicialmente, a companhia trabalhava com uma meta de corte total de 12 mil empregados.

Levando em conta a estimativa de adesão, o custo previsto para a implantação do programa é de R\$ 4,4 bilhões, e a economia esperada é de R\$ 33 bilhões, até 2020.

O último PDV da companhia, anunciado em janeiro de 2014, teve adesão de 6.200 funcionários, com um corte estimado de R\$ 13 bilhões, até 2018. Até 2017, outros 1.055 empregados inscritos no programa de 2014 têm previsão de saída da empresa.

O objetivo do PDV, segundo a Petrobras, é adequar a força de trabalho da petroleira às necessidades do Plano de Negócios e Gestão, a fim de otimizar a produtividade e reduzir os custos com foco no alcance das metas do plano.

O PDV 2016, destaca a Petrobras, foi desenvolvido com base nas premissas de preservação do efetivo necessário à continuidade operacional da companhia e ajuste de pessoal em todas as áreas. O programa é válido para a Petrobras controladora, que hoje conta com 57.046 empregados.

Segundo Emanuel Cancelli, secretário-geral do Sindicato dos Petroleiros (Sindipetro-RJ) e da Federação Nacional dos Petroleiros, o PDV vale a pena para aquele funcionário que está próximo de se aposentar, mas não é interessante para quem está a pouco tempo na empresa.

— O aposentado já tem seus benefícios garantidos, mas quem está na estatal a pouco tempo, terá uma pequena indenização. Além disso, com a atual situação econômica, não vejo o governo investindo em novos concursos para fortalecer a empresa — diz.

25/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O adversário a ser combatido por posicionamentos políticos de tendência liberal não é a tributação em si, uma condição da liberdade no Estado Democrático de Direito.

O pensamento liberal vem ganhando força nos debates políticos e econômicos, talvez mais por reação ao petismo do que pela convicção nos próprios méritos. Nesse cenário, ganha importância refletir sobre esse conjunto de teorias.

O liberalismo moderno nasce com a afirmação da liberdade individual no Iluminismo e seus reflexos políticos e jurídicos, principalmente nas revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, ligados à defesa da propriedade privada.

Essa liberdade afirma-se em oposição ao Estado absoluto: a liberdade individual de escolher os próprios destinos e os próprios valores sem aceitar imposições estatais. Curiosamente, muitos liberais afirmam essa liberdade diante do Estado, mas a negam diante do outro, adotando posturas conservadoras, sobretudo morais, quanto a formas de vida alternativas.

A liberdade econômica não é incompatível com a tributação, mas dela depende.

A tributação é um dos principais problemas para o liberalismo. No início, a tributação é um reflexo da liberdade e a reforça, pois é a saída contra a estatização da economia no Estado Patrimonial.

O Estado Fiscal, cuja atividade financeira depende da tributação, existe para permitir aos indivíduos gerir seu patrimônio, garantindo a livre iniciativa econômica. Para que o indivíduo possa ter liberdade econômica, o Estado não pode produzir; logo, o indivíduo precisa sustentar o Estado, que protege sua liberdade, por meio de impostos.

O imposto, assim, é um instrumento de garantia da liberdade econômica burguesa e seu limite é o Direito: apenas os representantes do povo no Parlamento podem definir o que e quanto será tributado, respeitados os parâmetros constitucionais.

A liberdade econômica não é incompatível com a tributação, mas dela depende. Incompatível com a liberdade é o sistema tributário brasileiro – hipercomplexo, caro, injusto, desigual, que tributa excessivamente aqueles com menor capacidade contributiva, admite exceções à regra de tributação favorecendo quem tem poder econômico para negociar privilégios no parlamento, interfere em demasia na formação do preço e na liberdade de comprar e vender, sem ganhos práticos em outros valores que pudessem justificar essas restrições.

O adversário a ser combatido por posicionamentos políticos de tendência liberal não é a tributação em si, uma condição da liberdade no Estado Democrático de Direito. É o modelo específico de tributação adotado no Brasil, um dos piores do mundo, que maltrata tanto o empregado quanto o empregador.

É o péssimo modo como investimos e gastamos as fortunas de dinheiro arrecadadas. Tudo isso ligado à discussão, sempre atual, sobre o tamanho e as funções do Estado e como ele pode ajudar ou atrapalhar na construção da liberdade – não só aquela do liberalismo, mas a liberdade plena.

(André Folloni, doutor em Direito, é professor do mestrado e doutorado em Direito da PUCPR).

Aumento de impostos pode ser necessário 'de forma transitória', diz Meirelles

25/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou nesta quarta-feira (24) que o aumento de impostos pode ser necessário "de forma transitória". O governo não considera aumentar impostos neste momento, segundo Meirelles, mas esse mecanismo não deve ser descartado no futuro.

"De forma transitória, etc, acredito que pode vir a ser necessário [a alta de tributos]. Isso não está sendo considerado no momento, mas é hipótese que não devemos descartar no futuro", afirmou o ministro durante audiência pública na Câmara dos Deputados.

O ministro lembrou que a carga tributária do Brasil já é uma das maiores do mundo e, por isso, aumentá-la ainda mais não deve ser a solução para colocar as contas públicas em ordem. "Não podemos resolver o problema do deficit da dívida por meio do aumento de impostos porque nossa carga tributária já é uma das mais altas do mundo", afirmou.

Nesta terça-feira (23), o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que é "claro" que não haverá aumento de impostos em 2016. Segundo ele, o governo decidiu que não haverá aumento de imposto neste ano ou no próximo para atingir a meta fiscal.

Meirelles e o ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, participam na manhã desta quarta-feira de reunião na comissão especial da Câmara dos Deputados que estuda a proposta de estabelecer um teto para os gastos.

DESCONTROLE

O ministro Dyogo Oliveira afirmou aos deputados que as despesas do governo estão descontroladas. Na tentativa de convencê-los da importância de apoiar a imposição de um limite para o crescimento das despesas da União, ele afirmou que a alternativa a essa medida seria uma alta de tributos "indefinidamente".

"Temos que fazer o controle do gasto, mas poderíamos fazer isso de outra maneira. Qual seria essa outra maneira? Aumentar a carga tributária indefinidamente também. A carga tributária deveria, portanto, crescer indefinidamente. Também não é sustentável", disse.

O ministro do Planejamento, que também trabalhou na área econômica do governo durante a gestão da presidente afastada, Dilma Rousseff, afirmou que não se trata de uma "discussão de governo" e admitiu mudanças no texto enviado pelo Executivo.

"A PEC do limite do gasto, com as discussões que teremos, com alterações que vamos fazer, ela gerará um compromisso da sociedade brasileira com a sociedade brasileira", afirmou.

A proposta de alteração enviada pelo Planalto ao Congresso estabelece que a despesa não poderá ter crescimento acima da inflação medida IPCA no ano anterior.

Nesta terça, após um café da manhã com deputados que integram a comissão, Meirelles disse que espera a aprovação da PEC neste ano, mas admitiu a possibilidade de o Congresso Nacional terminar de votar a proposta apenas em 2017. Ele também afirmou que o texto está em "fase de aperfeiçoamentos".

GRÉCIA

Dyogo Oliveira afirmou que, se o Congresso Nacional deixar de aprovar o limite para o crescimento dos gastos públicos, a dívida brasileira pode chegar à situação de países cuja economia entrou em colapso, como a Grécia.

"A dívida, mesmo com essa PEC, ainda crescerá. Mas, sem a PEC, ela se aproximará dos níveis dos países que colapsaram. Nós chegaremos à situação dos países que colapsaram: Grécia, Irlanda, Portugal, Itália", afirmou.

Sem a aprovação da PEC, segundo Oliveira, o Brasil precisaria fazer um ajuste de cerca de R\$ 350 bilhões para controlar o aumento da dívida do país. "Nós precisaríamos fazer um ajuste fiscal de 5 pontos percentuais do PIB. Isso, a dinheiro de hoje, são aproximadamente 350 bilhões de reais", afirmou.

CPMF

Ao responder questionamento do deputado petista Patrus Ananias (MG), ex-ministro da presidente afastada, Dilma Rousseff, Meirelles afirmou que a CPMF é um tributo que penaliza proporcionalmente mais as classes mais pobres.

"A CPMF, nesse aspecto, é regressivo. Ele penaliza proporcionalmente mais as classes mais pobres", provocou o ministro da Fazenda, ao argumentar que a carga tributária brasileira é alta.

No segundo semestre de 2015, Dilma Rousseff encaminhou ao Congresso proposta de recriação da CPMF.

Ananias havia dito, minutos antes, que os ricos não pagam tributos no Brasil. "A carga tributária é alta para quem? Para a classe média assalariada, que vê seus impostos descontados na fonte, alta para os pobres [] Mas os ricos não pagam imposto no Brasil", afirmou.

O ex-ministro de Dilma criticou de forma enfática a PEC e disse que ela congela o país por vinte anos.

"As políticas públicas sociais de inclusão são também fator de desenvolvimento. É necessário incluir para crescer".

Meirelles defendeu que é necessário voltar a criar emprego no país, o que depende do ajuste fiscal. "A pior política social é aquela que aumenta o desemprego", rebateu.

FILOSOFIA

Ao responder o deputado petista, Meirelles mencionou o escritor Nelson Rodrigues. "Eu vou citar um brasileiro e carioca, Nelson Rodrigues. Ele dizia que nada é mais brutal que o fato. O fato concreto é que o Brasil está hoje em recessão. O Brasil está hoje com desemprego aumentando", afirmou.

Ananias havia mencionado dois pensadores em sua fala para argumentar que, segundo ele, as informações carregam viés ideológico.

"O marxismo nos ensina algumas questões básicas. Primeiro, a questão do interesse. Dentro da sociedade, as pessoas agem segundo interesses. [] Mesmo indo além de Marx, e recuperando José Ortega y Gasset, um grande filósofo espanhol, eu sou eu e as minhas circunstâncias", disse o deputado petista.

Caça ao "dinheiro perdido" pode render dezenas de bilhões à Previdência

25/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O governo prepara uma reforma para adiar as aposentadorias, mas ações pelo lado da arrecadação também ajudariam a melhorar as contas da Previdência Social, ainda que não revertam todo o déficit do sistema.

Revisão de desonerações, combate à sonegação e um reforço na cobrança de dívidas estão entre as medidas que acrescentariam dezenas de bilhões de reais à receita anual

do INSS, segundo centrais sindicais, consultores legislativos e especialistas em direito previdenciário.

Centrais falam em "farsa do déficit"

As centrais sindicais sustentam que o déficit da Previdência é uma "farsa". Elas dizem que, se observada no conjunto, como prevê a Constituição, a Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social) é superavitária, com saldo de R\$ 20,1 bilhões em 2015.

Mas o governo, que inclui na conta a previdência do funcionalismo, argumenta que a Seguridade é deficitária, com rombo de R\$ 166,5 bilhões em 2015.

As renúncias fiscais vão tirar da Previdência cerca de R\$ 56 bilhões em 2016, valor equivalente a mais de um terço do déficit do INSS, estimado em R\$ 145 bilhões pelo governo.

Uma das principais é a desoneração da folha de pagamentos, que foi criada em 2012 e, mesmo tendo sido revisada em 2015, custará quase R\$ 16 bilhões neste ano, pelos cálculos da Receita Federal.

Embora a renúncia da folha não afete tanto o INSS, que nesse caso é ressarcido pelo Tesouro, o fim do benefício aliviaria a pressão sobre o conjunto das contas públicas. Também deveriam ser revistas, segundo as centrais sindicais, as isenções a entidades filantrópicas e às exportadoras do setor agrícola, que devem somar R\$ 18 bilhões neste ano.

Sonegação

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que assessora os sindicatos, avalia que a melhora da fiscalização da Previdência e do Ministério do Trabalho poderia reduzir pela metade a sonegação da contribuição previdenciária, o que acrescentaria R\$ 23 bilhões à arrecadação anual.

"O número de fiscais caiu na última década, porque o governo não repôs os que se aposentaram. Além disso, é muito baixa a multa para quem emprega trabalhador sem registro em carteira, o que cria uma vantagem econômica para os mal-intencionados", diz Clóvis Scherer, economista do Dieese.

Dívida

Outro valor que chama atenção é o da dívida que o INSS tem a receber. São R\$ 375 bilhões, dos quais R\$ 100 bilhões têm chance média ou alta de recuperação, por serem devidos por empresas que estão em funcionamento e têm patrimônio para saldar os débitos, segundo o Dieese.

As centrais propõem a criação de um "Refis", ou seja, um programa de refinanciamento, para recuperar esses valores. As consultorias de Orçamento do Congresso têm outra sugestão: a cobrança administrativa da dívida. O impacto no primeiro ano, calculam, seria de aproximadamente R\$ 18 bilhões, podendo chegar a R\$ 226 bilhões em dez anos.

"A cobrança judicial entope a Justiça e pouca coisa é recuperada, pouco mais de 1% do estoque da dívida ativa", diz o consultor legislativo Leonardo Rolim. Ele cita como exemplo de cobrança administrativa a contratação do Banco do Brasil, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), para cobrar dívidas rurais de pequeno valor.

"A PGFN não iria ajuizar ação porque o custo seria maior que o valor a receber. E o banco, com um cadastro enorme, localizou os devedores, ligou, mandou carta. E conseguiu recuperar quase 20% do devido", explica.

Confira algumas possibilidades para aumentar a arrecadação da Previdência

Redação confusa

Uma forma de proteger a arrecadação previdenciária é reescrever normas previstas em lei ou na própria Constituição, sugere Jane Berwanger, presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP): "A redação confusa de algumas normas deixa margem a interpretações diversas, e com isso muitas empresas conseguem, na Justiça, reaver o que pagaram".

Desvinculação

Para reforçar o caixa do INSS, as centrais sindicais propõem o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU), dispositivo que permite ao governo usar onde quiser 20% das receitas da Seguridade Social.

O impacto seria de R\$ 61 bilhões ao ano, dizem os sindicalistas. Mas no fim o efeito da medida sobre o caixa da União seria nulo: ainda que use receitas da Seguridade em outras áreas, depois é o próprio Tesouro quem cobre o rombo do INSS.

Jogos de azar

Outro recurso que pode reforçar o caixa da Previdência viria da regularização de bingos e jogos de azar. Projeto que tramita no Senado prevê uma contribuição social de 10% para jogos em ambiente físico e 20% para jogos on-line, que seria repassada à Seguridade Social.

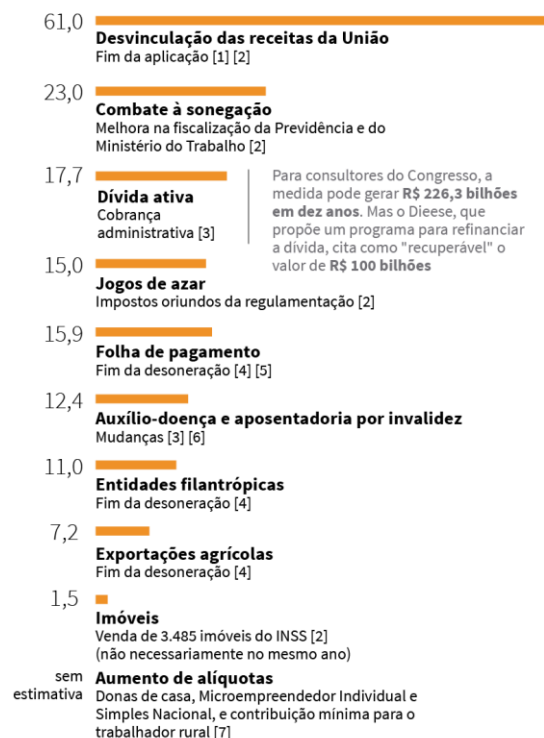
"Se o dinheiro tiver esse destino, não tenho objeção. Regularizar os bingos causa menos mal que cortar benefícios", diz Jane Berwanger, do IBDP.

De bilhão em bilhão

Uma série de medidas sugeridas por centrais sindicais e especialistas poderia melhorar as contas da Previdência Social.

Como arrecadar mais e gastar menos

Impacto anual de cada medida, em R\$ bilhões



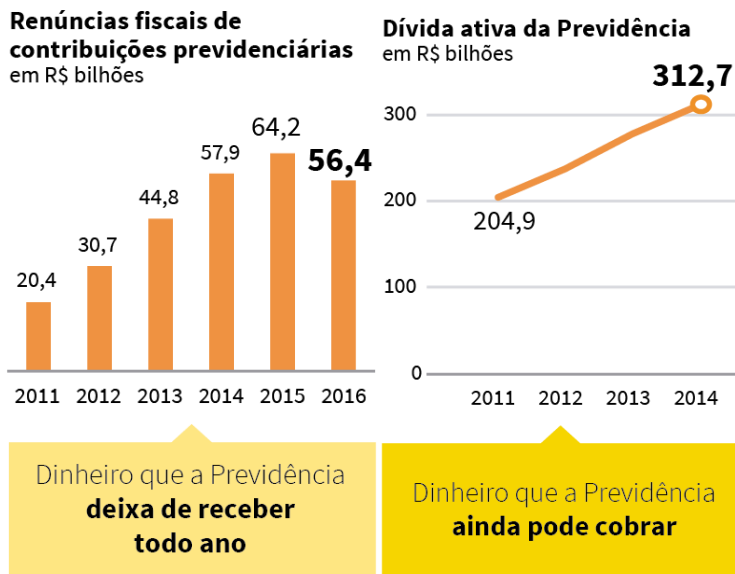
Observações

1. A Desvinculação das Receitas da União permite ao governo usar parte da arrecadação da Previdência em outras áreas

2. Estimativa das centrais sindicais e do Dieese
3. Estimativa das Consultorias de Orçamento do Congresso
4. Valor estimado da renúncia fiscal em 2016
5. A Previdência é ressarcida pelo Tesouro dessa desoneração. Mas a extinção da renúncia aliviaria o conjunto das contas públicas
6. Revisar benefícios concedidos pela Justiça e aposentadorias por invalidez, integrar programas públicos para a reabilitação profissional, auditar benefícios rurais e obrigar médicos peritos a comparecer em audiências na Justiça
7. Sugestões da equipe do ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa

8. Mão aberta

9. Nos últimos anos, o governo abriu mão de dezenas de bilhões ao reduzir a contribuição previdenciária de diversos setores. E a dívida que a Previdência tem a receber (mas não consegue) aumentou rapidamente.



Fonte: Centrais sindicais, Dieese, Receita Federal, Consultorias de Orçamento do Congresso, Previdência Social. Infografia: Gazeta do Povo.

Engrenagem empreendedora: engenheiros têm espaço para criar soluções no Brasil

25/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Com 369 incubadoras em operação, o país tem oportunidades para desenvolver novas soluções e desafios a serem vencidos no ensino superior



O ambiente brasileiro de negócios despontou nos anos 2000, influenciado por fatores como o estabelecimento de uma legislação tributária favorável às micro e pequenas empresas (MPEs), o fortalecimento do mercado interno consumidor e o aumento da escolaridade dos empresários.

Em 2013, segundo relatório da Global Entrepreneurship Monitor, 21 milhões de pessoas estavam envolvidas na criação ou administração de negócios iniciais no país,

enquanto outras 19 milhões eram proprietárias ou administravam empreendimentos já estabelecidos, com existência superior a 3,5 anos.

“Temos uma alta demanda por produtos e serviços que facilitem a mobilidade e a conectividade, aliando tecnologia a preços acessíveis. A engenharia e a agronomia têm muito a contribuir no suprimento dessas necessidades. Assim, poderemos alcançar o status de país desenvolvido para se integrar às principais nações mundiais”, avalia a superintendente executiva da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), Sheila Oliveira Pires.

Segundo a entidade, o Brasil apresenta oportunidades para a criação de soluções nas áreas de moradia, saneamento, acesso à informação, educação, saúde, transporte e alimentos.

“Vencer obstáculos como a desigualdade sócio-econômica requer investimento intensivo em educação, ciência e tecnologia. Por outro lado, temos um grande contingente da população na classe média, cada vez mais ávida por produtos e serviços sofisticados, que lhes permitam estar conectados com o mundo”, observa Sheila.

Atualização no ensino

Um estudo realizado este ano aponta que o Brasil tem 369 incubadoras em operação, com 2.310 empresas incubadas e 2.815 empresas graduadas, gerando 53.280 postos de trabalho.

Juntas, todas as empresas apoiadas apresentam um faturamento que ultrapassa os R\$ 15 bilhões. O estudo foi conduzido pela Anprotec em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Apesar do cenário promissor, o empreendedorismo esbarra em desafios como a atualização curricular das universidades, que precisam expandir seu caráter multidisciplinar e prático para desenvolver competências focadas em negócios.

“Não existe uma educação empreendedora sem que o aluno se baseie na sua própria história e no que acredita. Ele precisa conceber um projeto ‘do zero’ e mensurar os aprendizados da experiência”, avalia o professor Rafael Araujo Leal, fundador do Management Experience Program (MEP), da FAE Business School.

No campo da engenharia, uma referência mundial é a Olin College, em Needham (EUA), fundada há 19 anos com o propósito de formar profissionais criativos e inovadores.

O curso tem três pilares relacionados a conceitos do design: a desejabilidade (as pessoas querem?), a factibilidade (é factível tecnicamente?) e a viabilidade (se sustenta financeiramente?). Inspiradas nesse modelo, instituições brasileiras também estão implantando novas propostas de ensino para os futuros engenheiros.

Dois exemplos são o Insper, localizado em São Paulo (SP); e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Fiat revela nova cara do Uno e motor 1.0 de três cilindros

25/08/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

A Fiat confirmou que o Uno será o modelo a estrear globalmente a sua nova linha de motores, formada pela aguardada versão 1.0 de três cilindros e a 1.3, de quatro cilindros. É a terceira novidade da fabricante italiana neste ano, que lançou ainda a picape Toro e o subcompacto Mobi.

O Uno 2017 estará nas lojas a partir de setembro, mas os preços na nova linha não foram antecipados. Além da atualização dos motores, ele exibirá uma leve modificação visual, como mostra a primeira imagem divulgada pela marca. Ela revela apenas a dianteira do veículo e na configuração mais cara, a Sporting, o que indica a traseira também passará por alterações.

Pela imagem, percebe-se a montadora abandonou o conceito de round square ('quadrado redondo') que marcou a vinda do Novo Uno em 2010. Deixam de existir a trinca de retângulos vazados perfilados em pé no lado esquerdo da grade e também o característico 'bocão' central.

Como ficará... como é...



O que tem de novidade na versão Sporting: grade frontal, para-choque, nichos dos faróis de neblina e desenho da roda.

A linha retoma a abertura convencional na grade, com barras horizontais. Logo abaixo aparecem três entradas de ar centrais, que vinham nas outras versões, mas que agora são vistas também na Sporting.

Para complementar o para-choque dianteiro trará uma barra mais espessa, ligando os nichos dos faróis de neblina, que foram reposicionados um pouco mais acima e têm um novo formato.

A imagem exibe ainda as rodas com o desenho mais esportivo. Essa será o segundo facelift feito no Novo Uno.

Enfim, tricilíndrico

No entanto, o destaque da linha 2017 está debaixo do capô. A Fiat finalmente estreará a inédita família de motores GSE com bloco e cabeçote de alumínio.

Papel que caberá ao propulsor 1.0 tricilíndrico - aspirado e sem injeção direta -, que renderá perto de 80 cv e 10 kgfm de torque. A presença do cabeçote de duas válvulas por cilindro vai privilegiar a força em baixas rotações.

A novidade estava cotada para estreiar primeiro no Mobi, que só rodará com o motor mais eficiente a partir de 2017. Já os números do 1.3 de quatro cilindros devem ficar na casa dos 100 cv e 14 kgfm.

Segundo a Fiat, o Uno 2017 virá ainda com novas tecnologias, somadas ao câmbio dualogic acionado por botão e ao sistema start/stop, ambos incorporados no primeiro upgrade em 2014.

O Uno 1.0 se juntará a Volkswagen up!, Hyundai HB20 e HB20 S, Ford Ka e Ka+, Volkswagen Gol e Voyage, Kia Picanto, Nissan March e Versa, Peugeot 208 e Citroën C3, que também utilizam a motorização com três cilindros. Em breve, a Renault também entrará neste grupo com o Sandero e o Logan.

Volkswagen pagará multa de US\$ 15 milhões ao Grupo Prevent

25/08/2016 – Fonte: Automotive Business

A Volkswagen terá de pagar compensação de US\$ 14,7 milhões ao Grupo Prevent na Alemanha. A multa faz parte do acordo fechado entre as duas empresas na terça-feira, 23.

O objetivo do entendimento é reestabelecer a produção das fábricas da montadora no país depois de interrupção na entrega de componentes da CarTrim, que faz revestimentos para bancos, e da ES Automobilguss, responsável pela produção de autopeças de aço para caixa de câmbio - ambas empresas pertencentes ao conglomerado da Prevent.

Os termos do acordo não foram divulgados pelas companhias, mas fontes consultadas pela Agência Reuters indicam que ficou acertada a compensação financeira.

Inicialmente o Grupo Prevent pediu US\$ 66 milhões para cobrir alterações que a Volkswagen exigiu em uma encomenda de € 500 milhões em componentes do fornecedor. Foi por causa da mudança repentina que a CarTrim e a ES Automobilguss interromperam as entregas à montadora.

A decisão do Grupo Prevent de interromper o fornecimento foi vista como um movimento arriscado no mercado europeu, já que poderia abalar a relação com um dos maiores fabricantes de veículos do mundo.

O impacto no relacionamento, no entanto, parece ter sido menor do que o esperado. Além da multa, o acordo entre as companhias prevê que a Prevent siga como fornecedora da Volkswagen por pelo menos mais seis anos.

As empresas também concordaram em encerrar a discussão sem provocar danos mais profundos. A fabricante de veículos poderá buscar outros fornecedores no futuro para alguns componentes caso as entregas das empresas do Grupo Prevent não atendam aos patamares de qualidade.

PROBLEMA CONTINUA NO BRASIL

Diferentemente do que aconteceu na Alemanha, a operação brasileira da Volkswagen segue sem entendimento com o Grupo Prevent, que desde março 2015 descumpre o cronograma entregas à montadora. As empresas fecharam 11 acordos comerciais neste período, todos eles desfeitos pela fornecedora.

A estimativa é de que o problema tenha causado 140 dias de paralisações na produção de veículos se consideradas as três fábricas da empresa alemã no Brasil: São Bernardo (SP), São José dos Pinhais (PR) e Taubaté (SP). A interrupção nas entregas forçou a Volkswagen a antecipar para agosto as férias coletivas que normalmente aconteceriam em outubro, impactando 18 mil funcionários.

A Volkswagen calcula que a instabilidade na produção afete as 600 concessionárias de sua rede e 600 fornecedores da cadeia produtiva. Com isso, a empresa lembra que 100 mil empregos correm risco por causa do problema.

Economia mostra sinais de recuperação lenta

25/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Em um cenário de baixo crescimento da economia global que muitos economistas classificam de “novo medíocre”, o Brasil pode finalmente começar a sair da recessão em que está metido desde o fim de 2014.

“Mas a retomada não é como nos 100 metros rasos, está mais para uma prova de fundo, mais lenta”, resumiu Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco, em apresentação que intitulou “Pensamentos Olímpicos sobre a Economia Brasileira”, durante o Workshop Planejamento Automotivo 2017, realizado por Automotive Business na segunda-feira, 22, em São Paulo.

Barros aproveitou que o banco onde trabalha foi um dos patrocinadores oficiais das Olimpíadas do Rio para montar a apresentação que faz analogia entre modalidades esportivas e desempenho econômico.

A conclusão da análise do economista é que já é possível antever, com boa margem de segurança, que o País volta a crescer já no fim deste ano e sustenta avanço moderado em 2017 e 2018.

As projeções do departamento de pesquisa econômica do Bradesco apontam para crescimento do PIB de 1,5% em 2017 e 3% em 2018, após as quedas de 3,8% em 2015 e prevista de 3% este ano.

“Não é pouca coisa, tendo em vista que o mundo cresce muito menos atualmente”, pondera Barros, apontando que previsão de expansão da economia global é de 2,7% em 2016 e 2017, com desaceleração da China e retomada nos Estados Unidos que “não consegue mais levar o mundo nas costas”. Para o economista, com o resgate do tripé metas de inflação, responsabilidade fiscal e câmbio flutuante, “está na hora de o Brasil voltar ao jogo”.

FATORES DE RETOMADA

Barros avalia que já há sinais claros de estabilização macroeconômica, que pavimentam a volta do crescimento. A inflação, por exemplo, deve fechar 2016 em 7,5% e as projeções do Bradesco apontam para 5% em 2017 e 4,5% em 2018.

“Mas é bastante possível que o índice já atinja o centro da meta de 4,5% já no ano que vem”, arrisca o economista. Com isso, a trajetória dos juros é de queda: a taxa básica Selic estabelecida atualmente em 14,25% ao ano deve começar a baixar a partir de outubro e descer a 10,25% até agosto de 2017, projeta o banco.

Segundo pesquisa proprietária do Bradesco com 4 mil empresas, “os estoques estão despencando”, destacou Barros, “e o índice de confiança de todos os setores já apontam para cima”, acrescentou.

Os fatores que sustentam o cenário positivo seriam a alta das exportações, a substituição das importações por produtos nacionais, retomada das obras de infraestrutura e das privatizações/concessões, inflação em baixa e o alto nível de

diversificação industrial do Brasil. Com isso, o nível de investimentos, que já caiu 25% nos últimos três anos, deve avançar 4,5% em 2017 e 7% em 2018, enquanto o consumo das famílias, após acumular quedas de 4% em 2015 e 2016, tende a crescer 1% no próximo ano e 2,5% em 2018.

“O investimento virá antes do reaquecimento do consumo”, lembra. O crédito acompanha esse quadro, com tímida expansão de 0,3% este ano e recuperação mais expressiva de 6,9% em 2017 e 9,1% em 2018.

O resultado desses movimentos macroeconômicos, explica Barros, se traduz em lenta recuperação do nível de atividade econômica, que na média só deve voltar ao pico recorde atingido em março de 2014 após 2020 ou 2021, com variações substantivas dependendo da área. “O setor automotivo, no melhor cenário, só deve recuperar seu maior nível em 2025, caminhões antes dos veículos leves”, projeta. “Mas podemos ter surpresas”, pondera.

O ponto ainda negativo do ciclo de recuperação econômica é o desemprego, que deve seguir na casa de 11% a 12% até 2018. A estimativa é que sejam geradas 700 mil vagas no ano que vem e outras 900 mil em 2018, “mas é preciso mais que isso, acima de 1 milhão por ano, para reverter a taxa”, explica Barros.

Dentre as propostas de medidas apresentadas pelo time da área econômica do governo interino, que Barros chama de Dream Team, o economista afirma que a restrição ao aumento dos gastos públicos, que vêm crescendo há 25 anos, será equivalente à conquista de uma “medalha de ouro olímpica”.

Na opinião dele, o dispositivo constitucional que impede a elevação dos gastos além da inflação trará qualidade ao orçamento, sem no entanto comprometer o crescimento nem os programas de inclusão social.

Fiat lança linha Doblò 2017 com mais itens de série

25/08/2016 – Fonte: Automotive Business



Chega às concessionárias Fiat a nova linha Doblò 2017 com novos itens de série nas três versões disponíveis: Essence de cinco lugares, Essence de sete lugares e Adventure. Equipados com motor 1.8, os preços sugeridos são de R\$ 76.890, R\$ 78.290 e R\$ 85.230, respectivamente.

As novidades para as versões Essence de cinco e sete lugares são banco traseiro bipartido com cinto de três pontos e apoia braço no banco do motorista. As opções já contam com ar-condicionado, direção hidráulica, travas elétricas e barras longitudinais no teto.

Como opcionais, a montadora oferece o Kit Evolution, com rádio Connect CD MP3/WMA, retrovisores externos elétricos, faróis de neblina, volante em couro com comandos do rádio em seis botões e sensor de estacionamento traseiro.

Já a versão Adventure, além de também trazer os mesmos itens de série acrescentados à versão Essence, adicionalmente vem com volante em couro e comandos do rádio. Como opcional, a versão oferece o Adventure Locker, sistema de bloqueio de diferencial que facilita a rodagem em terrenos adversos.

Além destes, a Doblò traz mais itens opcionais, com outros acessórios da divisão Mopar, como central multimídia com câmera de ré, grade divisória banco traseiro, alarme antifurto, barras transversais, car bag, entre outros.

Ford zero envio de resíduos a aterro de São Bernardo

25/08/2016 – Fonte: Automotive Business



A Ford alcançou em junho o nível zero de envio de resíduos de sua fábrica de São Bernardo do Campo ao aterro sanitário da região. A unidade do ABC Paulista se une à de Taubaté, no interior do estado, que já havia atingido este patamar no início deste ano. Por sua vez, a planta de Camaçari (BA) continua inserida neste conceito ambiental.

Segundo o diretor de operações da Ford na América do Sul, Félix Guillen, esta etapa faz parte do plano global da montadora de se tornar um modelo de práticas sustentáveis. O resultado foi alcançado a partir de diversas ações implementadas em várias áreas da empresa, incluindo campanhas de conscientização.

“Foi um árduo trabalho de educação e de envolvimento de toda a fábrica, incluindo os empregados das áreas de produção e administrativas. Este marco representa muito para a Ford e mais que isso, é uma conquista do planeta”, disse.

Em várias áreas, incluindo as administrativas, os empregados são incentivados a realizar a separação adequada de resíduos como papel, garrafas, copos plásticos e embalagens em geral. Foram criadas as chamadas ilhas de reciclagem, distribuídas pelos setores de produção e escritórios.

“Um dos objetivos dessa iniciativa foi eliminar os cestos de lixo individuais, debaixo das mesas, que inviabilizam a segregação e reciclagem adequada dos diferentes resíduos. Outro fator positivo é a economia de sacos de lixo”, diz Edmir Mesz, supervisor de sustentabilidade da Ford de São Bernardo.

Entre as ações introduzidas na empresa, estão coleta seletiva, com segregação dos resíduos e destinação ambientalmente correta de cada um. Atualmente, cada resíduo gerado na fábrica passa por um tratamento diferente, conforme as suas características, como folhas secas e restos de jardinagem são separados e usados no processo compostagem, que gera em média 4 toneladas/mês. Resíduos gerados nos restaurantes, como cascas de ovos, frutas e restos de frutas ácidas, têm o mesmo destino.

A sílica (saquinhos de mineral), que serve como proteção na embalagem de peças e equipamentos, é misturada na argamassa usada em obras civis na fábrica: o material ajuda a eliminar a umidade e já foram aproveitadas cerca de 7 toneladas do composto.

Já os pallets de madeira são encaminhados para reaproveitamento, com um volume médio mensal de 2 toneladas. As madeiras inservíveis são transformadas em cavacos para queima em fornos de cerâmica, com volume médio mensal de 84 toneladas.

Papelão e isopor são encaminhados a empresas especializadas e transformados em cabides, molduras, porta-retratos ou rodapés.

Essa reciclagem envolve mensalmente cerca de 70 toneladas de papelão e 150 quilos de isopor. Latas de alumínio, garrafas PET e embalagens plásticas são separadas internamente e doadas a uma cooperativa de recicláveis da cidade.

Nos últimos quatro anos, quase 110 toneladas de copos plásticos foram enviadas para reciclagem: são cerca de 3 toneladas por mês que são transformadas em vários produtos, como sacolas plásticas.

A cidade de São Bernardo do Campo envia diariamente cerca de 700 toneladas de resíduos domiciliares para aterro. No Brasil, cada pessoa produz em média, cerca de 1 kg de lixo por dia.

Metso lança nova linha de prensas para o mercado de reciclagem

25/08/2016 – Fonte: CIMM

A Metso se orgulha em apresentar os novos produtos da Série N como uma expansão de sua oferta para a indústria de reciclagem de sucata metálica. Com esse novo portfólio, a empresa tem como objetivo satisfazer as necessidades por equipamentos mais versáteis e menores.

A nova linha de produtos inclui equipamentos com relação custo-benefício atraente e é composta por prensas tesoura inclinadas (NIS), prensas tesoura de tampa e asa semi-móveis (NCS), prensa enfardadeiras (NLB) e prensas enfardadeiras de tripla compactação (NTB). Um exemplo de economia está na nova série de prensas inclinadas, que possuem um custo de manutenção até 30% menor em relação às prensas tradicionais.

“Os desafios atuais da indústria de reciclagem metálica requerem uma variedade maior de soluções que atendam às necessidades de capacidades específicas, então nós estamos atendendo essas demandas com a introdução desses novos produtos”, diz Daniel Zeiler, Vice-Presidente de Tecnologia e Equipamentos de Capital e de Reciclagem de Metais da Metso.

Ele explica que a linha oferece tecnologia confiável, eficiente e segura, e todas as características necessárias para atender as necessidades de processamento a preços competitivos. “Independente do tamanho dos negócios dos nossos clientes, sejam grandes ou pequenos, estaremos sempre na vanguarda em prover tecnologias e serviços que garantam o sucesso deles”, completa.

A série NIS (tesouras inclinadas) é uma tecnologia de tesoura de alimentação por gravidade mais moderna e pode aceitar qualquer tipo de material, de qualquer comprimento, e uma grande quantidade de sucata metálica. Está disponível com capacidades de força de corte de 660 a 1375 toneladas e é compacta, podendo ser facilmente instalada.

As NCS (tesouras de tampa e asa) podem incluir um sistema de pré alimentação, com uma mesa lateral basculante. Sendo uma máquina multiuso, está disponível com força de corte entre 660 a 1100 toneladas. A NSC é compacta, oferece opção de motores a diesel e apoios hidráulicos como opção de modelo semi-móvel.

A NLB (prensa enfardadeira) é uma enfardadeira compacta para pequenas e médias capacidades, produzindo fardos de 300 mm x 300 mm, 400 mm x 400 mm ou 600 mm x 600 mm.

A NTB (prensa enfardadeira de compressão tripla) é uma prensa de alta capacidade, e pode ser utilizada com diferentes tipos de sucatas. Os tamanhos de fardos estão disponíveis de 300 mm x 300 mm, 400 mm x 400 mm ou 600 mm x 600 mm.

“O portfólio de produtos da nova linha de prensas é coberto pela rede de serviços mundiais da Metso. Os contatos de serviços iniciais são locais, para que eles tenham uma linha direta de suporte eficiente quando necessário”, diz Claude Lovrinovic, Gerente de Produto na área de Reciclagem da Metso.

Segundo Lovrinovic, a equipe de serviços da Metso está disponível para assistência dentro da planta do cliente, tanto para instalação, treinamento ou manutenção dos equipamentos Metso. “Todos os equipamentos possuem a capacidade de acesso remoto, sistema de controle via PLC. A assistência pode atuar rapidamente quando necessário”, finaliza.

EnerSystem investe US\$ 15 milhões para ampliar produção em Guarulhos

25/08/2016 – Fonte: CIMM

O atual cenário de retração econômica do Brasil não assusta a fabricante norte-americana de baterias para uso industrial Enersys. Com projeções de crescimento positivas para os próximos anos, a empresa anuncia ampliação da unidade fabril da sua subsidiária no Brasil – Enersystem, em Guarulhos (SP), em um investimento total de US\$ 15 milhões. A iniciativa é assessorada pela Investe São Paulo, agência de promoção de investimentos e exportações do Governo do Estado de São Paulo.

Com vistas à recuperação da economia brasileira e no conseqüente aumento da demanda, a companhia vai aumentar a capacidade produtiva da sua planta, comprando equipamentos e estendendo a área da unidade dos atuais 4 mil m² para 67 mil m².

O investimento gerará 30 postos de trabalho ao longo de 2017 e, em até cinco anos, poderá dobrar o quadro de funcionários da empresa, que hoje conta com 150 funcionários.

“Estamos otimistas com relação ao futuro da economia brasileira. A Enersystem, particularmente, projeta crescer 60% em um ano no Brasil. Em cinco anos, acreditamos ser possível triplicar de tamanho aqui. Este investimento tem o objetivo de desenvolver uma estrutura que nos permita atender com plenitude nossos atuais clientes e a demanda que crescerá nos próximos anos. E São Paulo é o Estado que mais nos oferece condições para isso”, observou Eduardo A. Bocci, Presidente da Enersystem América do Sul.

A equipe da Investe SP, que é ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, está assessorando o projeto principalmente em questões tributárias, de infraestrutura e meio ambiente.

“Investimentos como este da Enersystem demonstram que São Paulo é um estado em desenvolvimento contínuo, que continua atraindo empresas e dando condições para que aquelas que já estão aqui instaladas se sintam confiantes em ampliar suas operações. Somos o maior polo econômico e industrial do Hemisfério Sul e possuímos a melhor rede de infraestrutura do País, estabilidade institucional e localização estratégica. Tenho certeza de que a empresa encontrará aqui todos os fatores necessários para o sucesso deste projeto”, afirmou Juan Quirós, presidente da Investe São Paulo.

“São Paulo continua atraindo investimentos por conta de seu potencial, que é fruto de uma governança estável e focada na geração de empregos e na permanente qualificação da sua população”, apontou Márcio França, vice-governador e secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação.

A previsão de inauguração da planta após a ampliação é março de 2017.

Autoneum inaugura em São Paulo sua quarta fábrica no País

25/08/2016 – Fonte: CIMM

A Autoneum, fabricante de sistemas de ajuste acústicos e térmicos para veículos, inaugurou uma nova fábrica no Brasil, a quarta no País, desta vez na capital paulista. O projeto, que inclui investimento em máquinas e equipamentos para atender montadoras globais presentes na indústria brasileira, teve apoio da Investe São Paulo, agência de promoção de investimentos do governo estadual.

“Apoiamos diversos projetos do setor automotivo. A decisão da Autoneum de estabelecer sua segunda planta paulista reforça a importância de São Paulo como cluster das principais fabricantes de carro do mundo”, explica o presidente da Investe SP, Juan Quirós.

Com desenvolvimento próprio, a empresa fabrica componentes, módulos e sistemas completos para o interior de carros, compartimentos de motor, além de blindagem térmica e de carroceria.

Além desta nova unidade em São Paulo, a Autoneum já tem unidades produtivas em Taubaté (SP), Betim (MG) e Gravataí (RS).

Decreto de Temer aumenta capital social da EPL em R\$ 33,5 milhões

25/08/2016 – Fonte: Tribuna PR

O governo interino de Michel Temer autorizou o aumento do capital social da Empresa de Planejamento e Logística (EPL) dos atuais R\$ 50 milhões para R\$ 83,5 milhões, “mediante incorporação de créditos transferidos pela União em 2014 e 2015, ainda não capitalizados”. A decisão está formalizada em decreto no Diário Oficial da União (DOU).

A EPL é vinculada ao Ministério dos Transportes e foi criada em 2012 para elaborar estudos relacionados a transporte ferroviário de alta velocidade, sobretudo o trem-bala que ligaria o Rio de Janeiro a Campinas (SP), e para planejar projetos de outros modais de transporte.

De acordo com o decreto, o valor do aumento, que é de R\$ 33,5 milhões, será atualizado pela taxa Selic. O texto também diz que a capitalização poderá ser realizada sem emissão de ações.

Questão fiscal é essência da incerteza no Brasil, diz ministro da Fazenda

25/08/2016 – Fonte: Bem Paraná



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, enfatizou nesta quarta-feira (24) que a “essência da incerteza no Brasil é a questão fiscal”. Segundo ele, é importante adotar, agora, medidas para iniciar a estabilização da trajetória da dívida e permitir que a sociedade volte a ter confiança.

Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, Meirelles destacou que a economia já dá sinais de retomada e mostra uma tendência [de melhora]. Ele também aproveitou a audiência, que discute a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que estabelece um teto para o crescimento das despesas públicas, para fazer defender a PEC.

"O país acredita que as medidas para a solução fiscal estão sendo previstas na PEC. Acreditamos que a PEC seja aprovada. E possamos seguir", disse Meirelles. O ministro citou as famílias para mostrar que quando se gasta mais do que se ganha, não adianta ficar reclamando do custo [do financiamento], mas o mais importante é controlar as despesas para ajustar as contas.

A audiência é na Comissão Especial sobre Novo Regime Fiscal na Câmara dos Deputados e, durante o seu pronunciamento, Meirelles apresentou dados que mostram que o Brasil está em uma crise econômica sem precedentes. Segundo ele, para solucionar o problema e voltar a crescer é preciso colocar em prática políticas sociais e econômicas que permitam recuperar emprego e renda.

"Sem crescimento econômico, a pobreza e a desigualdade vão aumentar e as pessoas não vão melhorar de vida de forma definitiva e não vão passar para um patamar de bem-estar mais alto. O Brasil não será um país desenvolvido e justo", disse Meirelles.

Dívida

Ele destacou aos parlamentares, entre outras coisas, que para sair da crise é necessário criar condições para a retomada do investimento, como a governança de estatais, fundos de pensão e bancos públicos, fortalecimento das agências reguladoras, concessões na área de infraestrutura, recuperação da confiança na estabilidade da dívida pública e redução sustentada da taxa de juros de equilíbrio da economia.

Para o ministro, faz parte da estratégia para ajustar as contas recobrar o equilíbrio fiscal com visão de longo prazo, criar regras que contenham a pressão por expansão do gasto além da capacidade de pagamento do governo.

O ministro lembrou que a Dívida Líquida do Setor Público vem crescendo fortemente e passou de 33,1% do Produto Interno Bruto (PIB) – soma de todas as riquezas do país –, em 2014, para 42% em junho de 2016. Para ele, o crescimento decorre não apenas do crescimento da dívida bruta, mas também do alto custo da dívida líquida, que passou de 19% ao ano. Em 2014, para 24% ao ano, em 2016.

Na apresentação que fez, Henrique Meirelles mostrou que a dívida líquida é calculada deduzindo-se da dívida bruta os créditos do governo, principalmente as reservas internacionais e os créditos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Como esses créditos têm remuneração menor que as taxas de mercado, o governo acaba pagando pelos seus débitos um custo maior do que recebe pelos seus créditos. O resultado é uma taxa final para a dívida líquida muito elevada.

A experiência internacional, segundo apresentou, mostra que um ajuste das contas públicas bem sucedido e com impacto positivo sobre o crescimento de longo prazo é aquele que dá ênfase à contenção de despesas, tem longa duração e com enfoque de longo prazo, em vez de medidas pontuais de ajuste, passíveis de reversão.

O ministro voltou a defender que, para a educação e a saúde, a PEC só altera a fórmula de cálculo do limite mínimo de gastos e não obriga qualquer redução de gastos.

Inadimplência com cheques cai em julho para 2,26% e tem o menor nível do ano

25/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

Em julho, a inadimplência com cheques alcançou em todo o país o menor percentual do ano. É o que revela o Indicador Serasa Experian de Cheques sem Fundos, que foi divulgado hoje (24), em São Paulo.

Em todo o país, segundo o indicador, a porcentagem de devolução de cheques por insuficiência de fundos somou 2,26% em julho, com 1.042.209 cheques devolvidos e 46.134.886 compensados. No mês anterior, 1.142.456 cheques foram devolvidos (2,36% de devoluções) e, em julho do ano passado, houve 1.295.541 (2,29%) de devoluções).

Para os economistas da Serasa Experian, no entanto, apesar de ter sido o menor patamar de inadimplência com cheques do ano, ainda representou o segundo pior mês de julho desde 1991.

Por isso, eles consideram que ainda é cedo para falar em estabilização da inadimplência com cheques já que "fatores como desemprego, recessão e inflação ainda se encontram presentes no cenário econômico", finalizam.

Governo revisa regras e lança plano para reduzir burocracia

25/08/2016 – Fonte: Bem Paraná

O governo federal anunciou hoje (24) uma série de medidas para rever normas que visam a diminuir a burocracia para o agronegócio. Entre as medidas estão fim da reinspeção em portos, regras mais simples para a rotulagem de produtos de origem animal e certificação fitossanitária e mudanças na temperatura de congelamento de carne suína.

Segundo o presidente interino Michel Temer, outros ministérios seguirão o exemplo do Ministério da Agricultura, no sentido de desburocratizar o setor produtivo. "Tenho há muito tempo pensado em criar um órgão especializado em desburocratizar o país. Mas hoje tive outra ideia [ao ver as explicações sobre como o ministério elaborou as medidas que estão sendo anunciadas]: pedir a cada ministro para analisar sua área e propor medidas para desburocratizar [os setores produtivos]. Isso evita gastos com a criação de um outro órgão", disse Temer.

"Desde que assumi o exercício interino da Presidência, eu disse que o atual governo retirará recursos da ineficiência e investirá na eficiência. Queremos estimular e não criar mais embaraços para o desenvolvimento", acrescentou o presidente interino.

Entre as medidas anunciadas hoje para o Plano Agro + está o fim da reinspeção em portos e carregamentos vindos de unidades com Serviço de Inspeção Federal (SIF).

Segundo o Ministério da Agricultura, o fim desse entrave irá significar economia de R\$ 1 bilhão por ano, valor equivalente a 0,2% dos R\$ 500 bilhões obtidos em faturamento a cada ano pelo agronegócio nacional.

"Em todos os ambientes por onde tenho andado, tenho exemplos que mostram como o Estado demora a adotar suas ações. Podemos ser líderes em mercados. No entanto, nossa burocracia é muito grande", disse o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi. "Estamos engajados. Eu quero ser o maior produtor de grãos do mundo. Eu, o Brasil", acrescentou o ministro, que é um dos maiores produtores de soja do país.

De acordo com o governo, as medidas serão implementadas imediatamente.

O Plano Agro + prevê também a revisão de regras de certificação fitossanitária; a aceitação de laudos digitais nas línguas inglesa e espanhola; o lançamento do sistema de rótulos e produtos de origem animal; e a alteração da temperatura de congelamento da carne suína dos atuais -18°C para -12°C.

"São 6°C a mais que demandam [uma economia significativa de] energia", explicou o secretário-executivo do ministério, Eumar Novacki, sobre a alteração na temperatura. Novacki foi um dos responsáveis pela articulação entre integrantes do governo e lideranças do setor para a criação do plano.

Conforme o governo federal, na primeira fase, o plano apresenta, ao todo, 69 medidas estabelecidas a partir da análise de 315 demandas apresentadas por 88 entidades do setor.

A expectativa é de que as medidas sejam ampliadas nos prazos de 60 e de 120 dias, visando a simplificação de mais normas e processos. "Em 120 dias, atenderemos a todas as demandas apresentadas pelo setor produtivo brasileiro", adiantou o secretário.

De acordo com o vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), José Mário Schreiner, as medidas terão "efeito imediato nos elos das cadeias produtivas", uma vez que, com as regras atuais, o Estado tendia a "transformar o ato de registro de um produto em uma verdadeira corrida de obstáculos". "O que se precisa é de capacidade efetiva de fiscalização, e o desafio é construir cooperação sem preconceitos ideológicos", completou.

Confiança do Comércio sobe 7,2 pontos em agosto ante julho, aponta FGV

25/08/2016 – Fonte: Estado de Minas

O Índice de Confiança do Comércio (Icom) subiu 7,2 pontos em agosto ante julho, divulgou nesta quinta-feira, 25, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com o resultado, o Icom saiu de 74,9 pontos no mês passado para 82,1 pontos neste mês.

Houve melhora tanto na avaliação sobre a situação presente quanto nas perspectivas futuras. O Índice da Situação Atual (ISA-COM) subiu 5,9 pontos, enquanto o Índice de Expectativas (IE-COM) cresceu 8,2 pontos.

"O resultado de agosto consolida a tendência de alta da confiança do comércio em 2016, com alguma melhora na percepção sobre o ambiente atual dos negócios. Ainda assim, a distância recorde de 21 pontos entre os índices que medem expectativas e percepção sobre o momento presente (IE e ISA) ilustra o fato de que, em agosto, o setor apresenta um grau de otimismo em relação ao futuro que se aproxima da neutralidade mas continua enfrentando grandes dificuldades no dia a dia", avaliou Aloisio Campelo, superintendente de Produção de Bens Públicos do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV).

Na passagem de julho para agosto, o ISA-COM foi de 66,1 pontos para 72 pontos. No mesmo período, o IE-COM avançou de 84,8 pontos para 93 pontos.

A coleta de dados para a edição de agosto da sondagem foi realizada entre os dias 1º e 23 deste mês e obteve informações de 1.208 empresas.

Abertura

O avanço de 7,2 pontos no Icom em agosto ante julho teve perfil disseminado. Houve melhora em 12 dos 13 segmentos principais pesquisados, informou a FGV. O Icom saiu de 74,9 pontos em julho para 82,1 pontos em agosto. O Índice da Situação Atual

(ISA-COM) avançou em 8 dos 13 segmentos, enquanto que o Índice de Expectativas (IE-COM) cresceu nos 13 setores.

Com a alta de 5,9 pontos em agosto ante julho, o ISA-COM chegou a 72,0 pontos, nível ainda mais próximo ao piso histórico, de 59,8 pontos, do que da mediana, de 102,8 pontos, informou a FGV.

A maior contribuição para a melhora no mês foi do quesito que mede o grau de satisfação com a Situação Atual dos Negócios, que subiu 7,0 pontos em relação a julho, chegando a 74,1 pontos em agosto.

"Apesar da melhora em agosto, a alta do ISA-COM ocorreu pelo retorno a uma situação considerada como sendo 'normal' por empresas que antes indicavam insatisfação com a situação presente. A proporção de empresas realmente satisfeitas com a situação dos negócios ou com o nível de demanda continua oscilando próximo aos níveis mínimos históricos.", ressaltou a FGV, em nota oficial.

Já o IE-COM subiu 8,2 pontos ante julho, atingindo 93,0 pontos em agosto, o maior patamar desde agosto de 2014. Houve evolução no grau de otimismo tanto com as Vendas nos três meses seguintes quanto com a evolução da Situação dos negócios nos seis meses seguintes. Os dois quesitos avançaram 8,1 pontos na passagem de julho para agosto. Com o resultado, o IE-COM aproximou-se mais da mediana histórica de 101,9 pontos.

Saldo de financiamentos de veículos deve cair 15% neste ano, diz entidade

25/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O saldo de financiamento de veículos deverá encerrar este ano em R\$ 155,7 bilhões, uma queda de 15% em relação a 2015, segundo projeção da Anef (das empresas financeiras das montadoras).

No fim do primeiro semestre, o montante nas carteiras era de R\$ 169,3 bilhões -no mesmo período do ano anterior, somava R\$ 197,4 bilhões.

"O ano está sendo fraco, mas tivemos uma pequena recuperação, sobretudo de maio a junho, o que já era esperado com o desenrolar da crise política", diz Gilson Carvalho, presidente da Anef.

A desaceleração no crédito automotivo reflete as baixas vendas do setor, e, com a crise, os veículos usados têm se saído melhor que os novos.

"Muitos consumidores querem trocar de carro e só conseguem comprar semi-novos [com até três anos] agora. Com a crise, surgiram muitas oportunidades de compra", diz Carvalho.

Hoje, a procura se divide igualmente em usados e novos. No segundo semestre do ano que vem, caso a economia volte a crescer, os carros zero podem passar a 60% da carteira, diz Edmar Casalatina, do Banco do Brasil.

Na BV Financeira, o financiamento a veículos mais antigos representou 80,6% da carteira no segundo trimestre.

"Mesmo com a crise a inadimplência não subiu. Os bancos passaram a reduzir os prazos e evitar emprestar com zero de entrada", diz Elcio dos Santos, da empresa.

O perfil do cliente também mudou. "Ele está mais conservador, costuma financiar por menos tempo, avalia André Novaes, do Santander.

Senado renova mecanismo que libera governo de gasto obrigatório até 2023

25/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

O Senado aprovou nesta quarta (24) o projeto que recria a DRU (Desvinculação de Receitas da União) com validade até 2023. A proposta segue para promulgação do Congresso.

A DRU permite que o governo federal aplique os recursos em qualquer despesa considerada prioritária. Ele também pode usar o dinheiro para fazer superavit primário e conter o aumento da dívida pública. A proposta aprovada promove a desvinculação de 30% das receitas da União, Estados, DF e municípios. ([Entenda o que é a DRU](#)).

Por se tratar de uma proposta de emenda à Constituição, a matéria tinha que ser votada em dois turnos, com o intervalo de três sessões entre eles. Um acordo entre líderes do PT e do PSDB, no entanto, permitiu que este prazo fosse quebrado, viabilizando a votação. No primeiro turno, foram 56 votos favoráveis e 13 contrários. No segundo, foram 54 votos a 15.

Em troca, o PT exigiu que o Senado votasse ainda nesta quarta a proposta de reajuste salarial para a Defensoria Pública da União. O partido era contra a aprovação da medida, apesar de ela ter sido enviada para o Congresso ainda pela presidente afastada, Dilma Rousseff.

A desvinculação de receitas estava em vigor até o fim do ano passado quando sua vigência acabou e era de 20%. Diante da crise econômica, o governo contava com a proposta para ajudar a recuperar a economia.

A proposta aprovada também autoriza a desvinculação de receitas para Estados e municípios, com a proibição de que afetem recursos destinados à Educação e Saúde.

Criada em 1994, a DRU foi prorrogada sucessivas vezes e dá ao governo maior liberdade para investimento em ações que considera prioritárias, já que mais de 80% da receita do governo é engessada por vinculações definidas em lei.

Na semana passada, o presidente do Senado, [Renan Calheiros \(PMDB-AL\)](#), chegou a colocar a proposta em votação mas, devido à falta de quórum, ele suspendeu a análise da matéria e evitou que ela fosse derrubada.

Artigo: Brasil não dá sinais claros de retomada da economia

25/08/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A fase de retomada de uma economia é definida, em geral, como iniciando-se na primeira ocorrência de uma taxa positiva de crescimento econômico após um período de recessão e encerrando-se quando a economia atinge ou excede os níveis máximos de emprego e produto que vigoravam antes da queda.

Uma retomada, depois de iniciada, pode não ser nada rápida. Desde junho de 2009, o mês que marcou o fundo do poço da crise econômica nos EUA, o nível de emprego demorou 51 meses para atingir o seu pico pré-crise, em uma das recuperações mais lentas de sua história.

Passados nove trimestres de recessão econômica, o desemprego no Brasil continua aumentando em todas as regiões, segundo os números mais recentes do IBGE. A economia brasileira encolheu 3,8% em 2015, e as previsões são de que encolha esse ano mais 3,3%. Interpretar esta leve queda no ritmo da retração como um sinal claro de retomada da economia pode ser produto de "wishful thinking" ou má-fé.

Sim, é possível que cheguemos ao fundo do poço em algum momento no ano que vem. Poderíamos até ter chegado um pouco antes, se o governo no ano passado não tivesse dedicado todo o seu esforço justamente para cavá-lo.

À contração no total de despesas efetivas primárias federais —descontando as chamadas despedaladas— da ordem de 2,5% reais e de mais de 30% nos investimentos públicos, somaram-se uma aceleração inflacionária provocada pelo reajuste brusco nos preços administrados e sucessivas elevações nas taxas de juros.

Isso sem contar os efeitos deletérios dos discursos proferidos não apenas pela grande mídia, mas também pelo próprio governo, que, ao vender-se como uma grande família em crise, só contribuiu para abalar ainda mais a confiança de famílias brasileiras realmente vulneráveis.

Como se não bastassem os malefícios da própria política econômica, o país ainda teve de absorver no ano passado —assim como a maior parte dos países emergentes exportadores de commodities— os impactos negativos no curto prazo de uma desvalorização cambial.

Impactos esses que foram agravados pelo endividamento em dólar de boa parte das empresas brasileiras nos anos de expansão da economia. E para completar, ainda tivemos de lidar com a Lava Jato, a seca e a má vontade do Congresso.

Cavar o poço mais devagar que em 2015 não parece, portanto, ser uma tarefa muito difícil. Sem a pressão dos analistas e com a súbita tolerância dos parlamentares, uma previsão de deficit maior garantirá que haja crescimento real das despesas primárias efetivas superior a 2%.

Mesmo sem a retomada dos investimentos públicos e de outros itens com alto multiplicador fiscal, a interrupção na contração de despesas já tirou um dos bodes da sala. O bode das subidas bruscas do dólar também parece ter saído para um passeio no jardim, graças à manutenção dos juros baixos nos Estados Unidos.

Infelizmente, cavar menos o poço não significa que sairemos dele em breve. Em meio aos seus tantos sinais contraditórios —expansão fiscal fisiológica no curto prazo e promessa de contração fiscal perpétua a partir de 2019, por exemplo—, os primeiros cem dias de governo Temer foram inequívocos em ao menos um aspecto: a total ausência de agenda para a recuperação dos níveis pré-crise de emprego, renda e desigualdade.

(Laura Carvalho é professora do Departamento de Economia da FEA-USP com doutorado na New School for Social Research (NYC)).

Comércio brasileiro empregou 10,7 milhões em 2014, mostra IBGE

25/08/2016 – Fonte: G1

O comércio brasileiro empregou um total de 10,7 milhões de pessoas em 2014, segundo a Pesquisa Anual de Comércio (PAC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ([IBGE](#)). A divulgação ocorreu nesta quinta-feira (25). Este número é maior do que o observado no ano anterior, quando o setor empregou 10,4 milhões.

A massa salarial também apresentou crescimento real, segundo o IBGE, de 8,1%, acompanhado por um aumento de 3,3% do número de pessoas ocupadas.

“O desempenho das diversas atividades de comércio foi impactado tanto pela dinâmica de outros setores e, principalmente, pela dinâmica do mercado de trabalho, do mercado de crédito e pela elevação da renda média da economia brasileira no período 2007-2014”, analisou o instituto.

O setor movimentou R\$ 3 trilhões em receita líquida operacional, e pagou R\$ 186,3 bilhões em salários, retiradas e outras remunerações, no total de 1,6 milhão de empresas. Em 2014, os resultados da pesquisa indicaram que a receita do setor de comércio, como um todo, cresceu 7,3% em termos reais.

“O crescimento da receita foi impulsionado pelo desempenho do segmento do comércio atacadista cuja contribuição para o crescimento da receita foi 3,7 pontos percentuais”, analisou o estudo. Contudo, o comércio varejista respondeu por 78,8% do número de empresas, contando com 1,3 milhão de empresas.

Massa salarial e pessoas ocupadas

O comércio varejista empregou 7,9 milhões de pessoas, ou 73,7% do total, e também foi responsável pela maior massa salarial, 62,9%, informou o instituto. A atividade de hipermercados e supermercados foi a que teve o maior número de pessoas ocupadas 1,2 milhão, ou 10,8%, e na massa salarial R\$ 19,9 bilhões (10,7%).

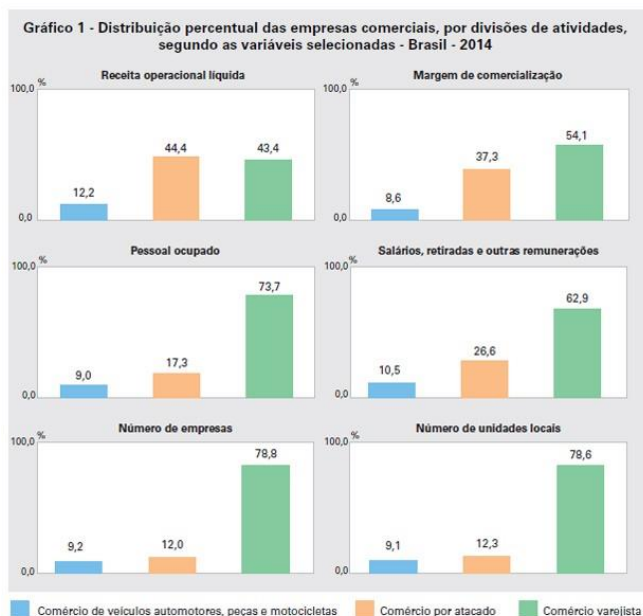
Dentre as atividades que compõem este segmento, a pesquisa mostrou que o comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos e comércio varejista de material de construção foram as que mais contribuíram com 0,8 pontos percentuais para o crescimento da massa salarial.

“O salário médio cresceu 4,7% em termos reais para atividade comercial. O destaque foi o comércio varejista com crescimento de 6,8%. Comércio varejista, no entanto, apresentou o menor salário médio mensal (R\$ 1.143,00) contra R\$ 2.058,00 do atacadista e R\$ 1.574 do comércio de veículos automotores, peças e motocicletas. A média da PAC foi, em 2014, R\$ 1.340,00”, informou o estudo.

O estudo mostrou ainda que a atividade que registrou o maior crescimento da massa salarial anual (21,5%) foi comércio varejista de outros produtos novo.

“O destaque em geração de pessoal ocupado foi o comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens (14,2%). Já o destaque em crescimento do salário médio foi o comércio varejista de outros produtos novos 19,7%, atividade caracterizada por pagar salários relativamente baixos (R\$ 1.000,00, em 2014)”, ressaltou a PAC.

De acordo com a pesquisa, a venda em lojas, postos de combustíveis, boxes em mercado, depósitos, galpões armazéns e salas é a predominante no comércio varejista, conteúdo, perdeu participação entre 2007 e 2014.



Receita

O comércio atacadista respondeu pela maior parcela de receita 1,3 trilhão, ou 44,4%, seguido pelo comércio varejista, com 43,4%. O comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes correspondeu a 10,5%, e hiper e supermercados, 10,4%.

"Dentre as atividades que compõem este segmento, o comércio atacadista de combustíveis e lubrificantes com crescimento real de 10,1% foi a que mais contribuiu para o crescimento total de receita (1,0 p.p.)", ressaltou o IBGE.

"Vale mencionar que a atividade de representantes e agentes do comércio (exceto de veículos e motocicletas) obteve a maior taxa de crescimento da receita real da PAC 2014 (19,8%)", concluiu a pesquisa.

Segundo o IBGE, não houve mudança estrutural na distribuição regional da receita do comércio entre 2007 e 2014. A região Sudeste, porém, perdeu participação, enquanto as regiões Centro-Oeste e Nordeste mostraram aumentos de participação.

Bolsa fecha em queda com siderurgia e mineração liderando baixas

25/08/2016 – Fonte: G1

A Bovespa fechou em queda nesta quarta-feira (24), após alternar altas e baixas durante o pregão, afetada pelo viés negativo no mercado internacional, com ações de empresas de siderurgia e mineração liderando as perdas.

O Ibovespa, principal índice de ações da bolsa, recuou 0,52%, aos 57.717 pontos. [Veja a cotação.](#)

O volume financeiro no pregão somou R\$ 5,98 bilhões, contra uma média diária superior a R\$ 7 bilhões em 2016, destaca a Reuters.

Na máxima do dia, o Ibovespa chegou a recuperar o patamar dos 58 mil pontos perdido pela manhã, com alta de 0,5%, mas o fôlego teve vida curta.

No mês de agosto, a bolsa ainda acumula alta de 0,71%. No ano, o avanço é de 33,14%.

Destaques do dia

Usiminas e SSN perderam 8,04% e 7,03%, com a pauta do dia trazendo notícias sobre planos de cisão da primeira e venda de ativos pela segunda.

Vale encerrou com as preferenciais em queda 3,23% e as ordinárias com recuo de 3,20%, na esteira do declínio do minério de ferro à vista na China e das quedas de ações de minerado no exterior.

Petrobras fechou com as preferenciais em queda de 2,13% e as ordinárias com recuo de 1,94%, acompanhando a queda do preço do petróleo no exterior.

Itaú Unibanco caiu 0,48% e Bradesco recuou 0,71%, pesando no Ibovespa uma vez que respondem por fatia significativa na composição do índice.

Na outra ponta, os papéis da Cesp dispararam 10,64%, após o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização de São Paulo recomendar ao governador do Estado a retomada dos trabalhos e estudos necessários à privatização da geradora de energia, destaca a Reuters.

Cenário local e externo

De acordo com o gestor Carlos Eduardo Eichhorn, diretor na Mapfre Investimentos, o mercado está esperando algo novo que impulsione as ações, enquanto ajusta suas posições após fortes valorizações apuradas desde o início de 2016.

"Muitos gestores estão reduzindo a alocação em ativos que subiram demais e migrando para outros mais descontados, e esse rebalanceamento acaba deixando o índice meio de lado", disse à Reuters.

Eichhorn destacou que a forte alta das ações não refletiu necessariamente os resultados de suas companhias, mas se baseou em expectativas relacionadas à mudança no governo federal, particularmente sobre o quadro fiscal, que precisam ser ratificadas para amparar um novo ciclo de otimismo.

Dúvidas sobre a política monetária dos Estados Unidos corroboraram a cautela local, principalmente ante o discurso da chair do Federal Reserve, Janet Yellen, marcado para sexta-feira, em que ela pode dar novas pistas sobre a próxima alta da taxa de juros.

Na expectativa da fala de Yellen, Wall Street encerrou no vermelho, em meio ao declínio de ações dos setores de matérias-primas e cuidados pessoais, assim como o petróleo, que caiu afectado por dados de estoques.

Governo pretende lançar novo Refis

25/08/2016 – Fonte: Portal Contábil



Face a um cenário econômico muito ruim e à necessidade de arrecadação, o governo federal pretende lançar, em breve, novo Refis – Programa de Recuperação Fiscal, que já está sendo debatido com as lideranças do Congresso Nacional. Segundo Piraci Oliveira, especialista jurídico do Simpi-SP (Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de São Paulo), as empresas com dívidas tributárias vencidas até dezembro de 2015 poderão refinancear seus débitos com o Fisco, mas a principal novidade é a perspectiva de adoção do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) como indexador, com taxa de 7% ao ano, em substituição à Selic, que é de 14,25% ao ano.

“Trata-se de um plano com condições nitidamente mais vantajosas aos contribuintes, com parcelamento pelo prazo de 180 meses e, também, abrindo-se a possibilidade de apresentar imóveis como forma de pagamento da dívida”, explica.

Limite do direito de dispensa nas empresas

Os empregadores precisam se conscientizar de que seu direito de dispensar um empregado sem justa causa não é ilimitado, e que qualquer ato nesse sentido, que possa ser entendido e caracterizado como discriminatório, poderá ser revertido pelo Judiciário.

Recentemente, empresa do Mato Grosso do Sul foi condenada, pela Justiça do Trabalho, a pagar indenização por danos morais de R\$ 80 mil a uma funcionária, que foi dispensada enquanto fazia tratamento contra um câncer.

Considerando que a companhia não demonstrou qualquer motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro que justificasse o desligamento, a sentença invalidou essa demissão e, também, determinou a reintegração da empregada ao seu posto de trabalho, com base na súmula 443 do TST (Tribunal Superior do Trabalho), que considera discriminatória a dispensa de empregado portador de doença grave que suscite estigma ou preconceito.

“Tal conduta patronal é ilícita e fere a honra e a dignidade do trabalhador, pelo que deve a ré ser responsabilizada civilmente pelo dano”, explicou o relator do referido processo.

Guerra cibernética: realidade ou ficção?

Quando vemos cenários catastróficos na TV ou nos filmes hollywoodianos, em que os sistemas informatizados de um país sofrem ataques e param de funcionar, gerando caos e desordem total, essa situação é boa ilustração das consequências de guerra cibernética que, longe de ser mera ficção, hoje é considerada pelos Estados Unidos como a principal ameaça à segurança nacional.

Para nos falar sobre esse assunto intrigante, a advogada Patrícia Peck Pinheiro, especialista em Direito Digital, veio ao programa de TV do Simpi-SP A Hora e a Vez da Pequena Empresa.

Segundo ela, a guerra cibernética envolve a possibilidade de um País atacar o outro, através da internet, utilizando recursos de computação e comunicação para obter informações sigilosas ou, até mesmo, para destruir, modificar, alterar, corromper ou tirar do ar sistemas estratégicos importantes.

“É uma guerra silenciosa, insidiosa e diferente de um confronto militar, pois não é preciso enviar soldados ao local. Bastam apenas hackers – programadores habilidosos, que usam seus conhecimentos para conseguir acesso não autorizado a sistemas alheios – que, remotamente, podem causar verdadeiro apagão digital, já que, no contexto atual, a internet é utilizada por todos os serviços essenciais, como bancos, polícia, hospitais e meios de transporte”, explica a advogada.

Acordo de transporte marítimo com Chile gera disputa entre empresários no Brasil

25/08/2016 – Fonte: Inda

Um acordo de transporte marítimo em vigor há mais de 40 anos entre Brasil e Chile tornou-se alvo de disputa entre as confederações nacionais da indústria e da agricultura - CNI e CNA -, que querem revogá-lo, e os armadores nacionais, favoráveis à sua manutenção, mesmo que com ajustes. A discussão foi levada ao governo e deve haver decisão sobre o tema a curto prazo.

O que está em jogo é o interesse da indústria e da agricultura em promover a abertura dessa rota marítima, o que reduziria fretes e aumentaria a demanda, dizem. CNI e CNA afirmam que os custos logísticos no trecho Brasil-Chile são mais altos do que em rotas marítimas semelhantes.

O Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma) discorda dessa tese. "O fim do acordo vai ser péssimo para nós, pois empresas de navegação brasileiras vão perder um mercado importante, mas também será ruim para eles [indústria e agronegócio] pois a entrada de companhias internacionais de navegação nesse serviço pode até baixar os fretes em um primeiro momento, mas será inevitável um aumento [nesses fretes] mais adiante", disse Luís Fernando Resano, vice-presidente executivo do Syndarma.

Segundo o Syndarma, acordos internacionais, como o assinado com o Chile, são "gravosos" à Constituição e, portanto, sua revogação teria que passar pelo Congresso Nacional. A CNI entende que essa tramitação só seria necessária na aprovação do acordo.

O governo federal, a quem cabe tomar a decisão sobre o assunto, ainda não se pronunciou. Em nota, o Ministério das Relações Exteriores afirmou: "O Itamaraty

concluiu um parecer técnico sobre o tema, que deverá subsidiar a futura decisão do ministro [José Serra] sobre o interesse brasileiro em manter ou não o acordo".

O acordo de transporte marítimo entre Brasil e Chile é de 1975. Assegura a preferência a empresas brasileiras e chilenas para cargas transportadas entre os dois países. Há duas empresas fazendo a rota: uma de bandeira brasileira, a Aliança Navegação e Logística, do grupo alemão Hamburg Süd, e uma de bandeira chilena, a CSAV, do também alemão Hapag Lloyd. As duas empresas mantêm serviço semanal entre Brasil e Chile com oito navios com capacidade média por embarcação de 3.450 TEUs (contêiner equivalente a 20 pés). A rota é feita via estreito de Magalhães, no sul da América do Sul.

O trecho entre os portos de Santos (SP) e San Antonio, no Chile, é feito em 12 dias. Serviços concorrentes via canal de Panamá levam entre 31 e 33 dias. O acordo prevê mecanismo de "waiver" (dispensa), que permite a participação de armadores de terceiras bandeiras quando não houver disponibilidade das companhias dos dois países para transportar as cargas.

Diego Bonomo, gerente-executivo de comércio exterior da CNI, disse que o acordo cria "duopólio" com reserva de mercado. Segundo ele, a entidade tem a expectativa que o conselho de ministros da Câmara de Comércio Exterior (Camex) tome decisão pela "denúncia" (revogação) do acordo.

Bonomo disse que a CNI recebeu relatos de setores sobre os altos custos logísticos na rota Brasil-Chile, o que levou a entidade a pedir ao governo a "denúncia" do acordo. Entre esses setores, estão automotivo, máquinas e equipamentos, cerâmica, papel e celulose, cosméticos e metais. "Nosso ponto", afirma Bonomo, "é que o acordo onera o comércio exterior brasileiro e queremos garantir situação de igualdade entre armadores e usuários".

Elisangela Lopes, assessora técnica da CNA, disse que a revogação do acordo será favorável para consumidores e prestadores do serviço. "Há setores interessados em utilizar o serviço e não o fazem por falta de competitividade." Citou os setores de carne bovina e papel.

Resano disse que a entidade é favorável a um diálogo sobre o acordo. O Syndarma defende permitir a concessão de "waiver" para o transporte de veículos por três meses ao invés da análise caso a caso. Outra ideia é facilitar a concessão do "waiver" para contratação de navios de outras bandeiras, em 24 horas, em vez das atuais 72 horas.